

***Promover completamente o sistema civilizacional de “Um país, dois sistemas” — Acerca das exigências objectivas de um desenvolvimento ordeiro para a Região Administrativa Especial de Macau***

*Jeong Wan Chong\**

Uma sociedade civilizada desejada pela Humanidade deve ser primeiro uma sociedade desenvolvida que se caracteriza por ser um Estado rico e um povo forte. Isto constitui a condição prévia e a base para uma continuada elevação da qualidade geral de vida dos cidadãos de Macau. Uma sociedade civilizada também deve ser uma sociedade democrática. Nela, há tanto um aperfeiçoado sistema de garantia legal como aperfeiçoadas e completas ideologias de governação pela lei, assim como uma alta identificação política e uma forte vontade de participação política. Uma sociedade civilizada deve ser uma sociedade harmoniosa em que impera a harmonia entre o Governo e a sociedade, entre os membros da sociedade, das ideologias políticas e dos interesses económicos, do alto desempenho e do ambiente ecológico. O sistema civilizacional de “Um país, dois sistemas”, com fortes características temporais da nossa era, constitui uma parte muito importante da civilização constitucional moderna da China. Por isso, promover o sistema civilizacional de “Um país, dois sistemas” constitui exigência objectiva para um desenvolvimento ordeiro da Região Administrativa Especial de Macau.

Já lá vão mais de 6 anos que se criou a Região Administrativa Especial de Macau. Foram 6 anos em que “Um país, dois sistemas” foi implantado correctamente. Foram 6 anos em que um novo sistema social foi iniciado e tem mostrado a sua grande vitalidade e vantagem. Foram 6 anos em que os recursos sociais foram explorados da melhor maneira e as ideologias das pessoas foram elevadas de modo completo. Quando se fala na Região Administrativa Especial de Macau, a sua especialidade reside na sua criação com os poderes especialmente delegados pela Constituição e na auto-governação, com a base no princípio e no espírito de “Um

---

\* Membro da Comissão da Lei Básica de Macau do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China.

país, dois sistemas”, isto é “Macau governada pela sua gente” e “elevado grau de autonomia”. Como um dos dois veículos eficazes de “Um país, dois sistemas”, que têm aparecido sobre o horizonte do Oriente, nos últimos anos, em Macau verificou-se uma governação feliz e uma harmonia entre as pessoas. Todas as actividades estão vigorosas e existe a harmonia, a tolerância e uma grande vitalidade que a tornam mais bela e mais forte, e mais harmoniosa e mais progressista. Por isso, tem sido evidentemente objecto de atenções e confirmações de todo o povo chinês, até da comunidade internacional.

A Região Administrativa Especial de Macau já tem um bom arranque e tem entrado num novo tempo e espaço do seu desenvolvimento. Isto exige que as pessoas possuam mais aperfeiçoados novos pensamentos e novas ideologias, que as pessoas prestem mais atenção à síntese das regras das orientações do desenvolvimento, que as pessoas com base nas observações aprofundadas, se atrevam a fazer explorações e inovações e que as pessoas tenham mais racionalidade e sentido do tempo para poder escrever melhor a grande página que é “Um país, dois sistemas”.

### 1. Elevar o grau da identificação política

“Hoje, Macau está a atravessar um período de grandes transformações, sem precedentes ao longo da sua História. Muitas coisas que eram vistas com naturalidade no passado, perderam a sua razão de ser; situações a que antes guardámos reservas, hoje são tidas como positivas; aquilo que dantes era inimaginável, hoje é visto com normalidade.” “Para tirar partido das oportunidades proporcionadas por essas mutações, temos que estar sempre atentos e estudar com profundidade os condicionalismos envolventes”<sup>1</sup>. O retorno histórico e a aplicação de “Um país, dois sistemas” significam o arranque duma nova era, a aplicação de um novo regime, o desempenho de novas vantagens e a garantia dos novos sucessos. Por isso, é preciso não perder tempo em elevar o grau da identificação política e da consciência dos actos, o que se revela extremamente importante.

Pela identificação política pretende-se a “uma identidade do sentimento e da consciência que se produzem na vida socio-política das pessoas,

---

<sup>1</sup> Ho Hau Wah, *Relatório das LAG para 2006*, p. 28.

que está intimamente ligada às actividades psicológicas das pessoas”<sup>2</sup>. A identificação com o Estado constitui a identificação política mais básica. A maioria das pessoas considera-se cidadãos do seu próprio país e regula os seus actos, dentro das leis nacionais; mas “a identificação com o Estado funciona a níveis diferentes, há a identificação com a etnia e com a zona geográfica, de nível relativamente baixo, também há a com o patriotismo e com o orgulho nacional, a nível de sentimentos e também há a compreensão e o apoio da identificação com o regime jurídico do Estado e as suas orientações políticas, que pertence a um nível mais elevado”<sup>3</sup>.

Em Macau, é necessário reforçar de maneira completa estas 3 identificações. Nós, sendo cidadãos chineses, que temos experimentado grandes mudanças históricas, devemos ser firmes na identificação com o Estado e na identificação nacional. Com posições bem claras e com solenidade, declaramos a nossa atitude básica como um patriota que procura esforçar-se sem cessar e afirmar o amor próprio e o orgulho próprio. Ao mesmo tempo, devemos criar as noções do bom e do mal, bem claras. Nos grandes problemas, tais como os referentes a “Um país, dois sistemas” e à Lei Básica, devemos atrever-nos e empenhar-nos em fazer defesas e responder a todos os desafios, venham donde vierem, com pensamentos racionais. O Governo deve fazer algumas exigências, através de instrumentos administrativos e legislativos; por exemplo, no Dia Nacional e no Dia do Retorno, as escolas, as instituições, as empresas e as famílias, com condições de adquirirem bandeiras, devem por a bandeira nacional e a bandeira da Região Administrativa Especial para elevar o grau de identificação com o Estado, a nível social e o grau da identificação nacional.

## 2. Alargar o âmbito da participação política

“Pelo contrário, uma sociedade regida pelo princípio ‘servir melhor o cidadão’, os seus habitantes têm consciência, têm autonomia, têm autoconfiança e sabem respeitar regras de jogo justas; abordam os problemas de modo científico, são perseverantes e não desfalecem perante dificuldades; nesta sociedade podem conviver os verdadeiros filhos da terra e os que chegaram depois, trabalhando em conjunto para construir um futuro promissor para as gerações vindouras. Só nesta sociedade ca-

---

<sup>2</sup> *Grande Enciclopédia da China*, vol. *Ciências Políticas*, p. 501.

<sup>3</sup> *Idem*, *ibidem*.

racterizada por uma grande mobilidade é que poderemos garantir a maior estabilidade; só nesta sociedade sujeita a regras próprias e claras é que poderemos assegurar um ambiente de concórdia, em que as qualidades pessoais formadas com esforço individual, possam merecer justa compensação e reconhecimento; só nesta sociedade que viveu profundas deslocações temporais e especiais é que teremos a confiança suficiente para preservar os valores históricos perenes; os seus cidadãos transportam consigo toda uma herança de virtudes e potencialidades e sabem abraçar a identidade própria que lhes trouxe a prosperidade e o progresso dos tempos modernos”<sup>4</sup>. Na Região Administrativa Especial de Macau, “governada pela sua gente”, a participação dos cidadãos, sobretudo a política tem indiscutivelmente um grande significado e uma grande importância.

Pela participação política pretende-se que “os actos dos cidadãos, voluntariamente e através das mais variadas formas, participem na vida política. Ela reflecte a posição, o desempenho e o âmbito da participação dos cidadãos nas actividades políticas, dentro dum determinado sistema político”<sup>5</sup>. A participação política constitui um indicador muito importante para avaliar a democratização política e a modernização. Tem várias conotações que não se limitam unicamente às actividades políticas. A participação política contribui para que os governos de diferentes níveis apliquem a ideologia básica de servir o povo e governar pelo povo; contribui para concentrar a vontade popular, reflectir o sentimento popular e assimilar a inteligência popular para evitar erros de decisão; contribui ainda para a vigilância popular sobre o Governo e para formar a consciência cívica e elevar o sentido de responsabilidade política dos cidadãos.

Na Região Administrativa Especial de Macau, segundo a Lei Básica, a maioria dos habitantes tem grandes oportunidades de amplas participações. Destas, a que pertence ao nível político compreende as eleições para o Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa, bem como as eleições para os deputados à Assembleia Popular Nacional, que têm um elevado grau de transparência. Devido a factores históricos, algumas eleições fazem-se, através dos escrutínios indirectos, mas isto não influencia na justeza e na racionalidade dos resultados eleitorais. Por exemplo, nas eleições legislativas para a terceira legislatura que teve lugar em Setembro de 2005, a taxa de participação aproximou-se de 60%, o que demonstra

---

<sup>4</sup> Ho Hau Wah, *Relatório das LAG para 2006*, p. 29.

<sup>5</sup> *Grande Enciclopédia da China*, vol. *Ciências Políticas*, p. 485.

uma correspondência grosso modo ao nível do desenvolvimento político neste momento e à qualidade geral dos habitantes. Num sentido mais lato, a participação política ainda deve incluir a preocupação com a construção e o desenvolvimento da Pátria e a elevação da sua posição internacional, com as relações normais entre o poder central e a Região Administrativa Especial, a participação nas celebrações do Dia Nacional e nas actividades celebrativas do aniversário da Região Administrativa Especial, as visitas ao estrangeiro dos dirigentes do Estado e da Região Administrativa Especial, para participar em grandes eventos, tais como as sessões anuais da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política e como as formações que visam a elevar a consciência cívica, etc. Uma participação activa pode contribuir para desenvolver a preocupação estimulante com a política democrática do desenvolvimento do Estado e o aperfeiçoamento do aparelho do Estado e para elevar a consciência cívica e a qualidade geral dos cidadãos, obtendo assim múltiplos resultados.

### 3. Divulgar a ética política

É com alegria que se vê que com a promoção da cultura humanista, a elevação da qualidade de vida global dos cidadãos de Macau já está oficialmente agendada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau. “A educação moral é, hoje em dia, uma temática de particular relevância. Iremos apoiar com determinação as instituições de ensino com vontade para desenvolver esta vertente como componente do seu plano pedagógico”<sup>6</sup>. A educação da ética, sobretudo a política, que tem uma função nuclear, tem que começar pelos alunos.

Por ética política entendem-se as “normas e critérios éticos que regulam e ajustam as relações políticas e os actos políticos das pessoas, constituindo uma ideologia das normas políticas”<sup>7</sup>. “Não só define as fronteiras, as normas e os critérios éticos para os actos políticos das pessoas, como concretiza um controlo sobre os actos políticos das pessoas, através da confiança no sujeito dos actos políticos, na orientação, na formação e na cultivação própria da consciência, entre outras formas paulatinas”<sup>8</sup>. A ética política geralmente divide-se em dois níveis: primeiro, para os

---

<sup>6</sup> Ho Hau Wah, *Relatório das LAG para 2006*, p. 24.

<sup>7</sup> *Grande Enciclopédia da China*, vol. *Ciências Políticas*, p. 486.

<sup>8</sup> *Idem*, *ibidem*.

governantes, ser esclarecido e atordoado, leal e traiçoeiro, ter méritos e erros, bondade e amor, violência e sadismo, honestidade e avidez e justiça e injustiça, entre outros critérios e exigências da ética política; segundo, para os participantes normais na vida política, bom e mau, correcto e incorrecto, glória e humilhação, direitos e deveres, entre outros critérios e exigências da ética política. Estas normas constituem critérios éticos para avaliar os actos políticos das pessoas. Por isso, em relação às normas políticas e jurídicas, possuem uma maior autoridade interna e são mais duradouros os seus efeitos psicológicos políticos. Costumam transformar-se na principal razão que está na origem da vigilância por parte da vontade popular e da opinião pública.

A moral ou ética constitui um importante indicador para avaliar o sistema civilizacional moderno. Não só está sujeita às restrições do nível do desenvolvimento civilizacional material, como também tem que ver com as ideologias políticas básicas e as orientações dos valores das pessoas. Por um lado, na nossa sociedade, ainda se verificam o baixo rendimento, o rendimento precário e incidentes especiais, que causam dificuldade à vida; a assistência social que ainda se encontra num nível baixo leva alguns membros dos grupos desfavorecidos a serem obrigados a lutar pela vida, dos quais alguns não se preocupam muito com as boas maneiras e de vez em quando cometem alguma descompostura, que não é nada alarmante. Por outro lado, no longo percurso da evolução da civilização chinesa de milhares de anos, alguns elementos negativos que pertencem a tradições e usos e costumes nacionais, devido à diferença entre as ideologias e as orientações de valores, ainda não têm sido objecto de adequados reajustes. Por isso, à medida da elevação da qualidade geral da vida, a promoção do sistema moral ou ético deverá surtir resultados mais positivos. No que respeita a algumas normas éticas das pessoas, ainda existe um grande espaço para a melhoria. As pessoas, na sua vida, devem ter ambição e personalidade firmes. Vivem despreocupadas e sem peso na consciência. Devem ser ambiciosas e tolerantes ao mesmo tempo. “Já que o Céu me criou, é para alguma finalidade reservada a mim”, fazendo todos os esforços para mostrar ao máximo os seus talentos. Ao mesmo tempo, devem exteriorizar ao máximo a sua personalidade, a sua cabal dignidade e o total cumprimento das suas declarações públicas para viver com pouco ou mesmo nenhum peso psicológico. Quando se faz referência aos problemas de carácter político, é preciso, sobretudo, promover a honestidade para criar uma boa imagem pessoal.

#### 4. Criar um conjunto de valores políticos correctos

O conceito dos valores é uma palavra recorrente na boca das pessoas. Numa época civilizacional como a actual, uma vida material muito rica e uma vida espiritual deslumbrante, com fenómenos sociais em constantes mudanças deixam algumas pessoas incapazes de se adapta e saber o que fazem, mas basta ter um critério de avaliação relativamente claro na sua mente e ter objectivos relativamente racionais, para poder ser encontrada a posição e a orientação que lhes será mais apropriada. Não sendo uma escolha infalível, pelo menos não lhes provocará alguns desvios comportamentais. Por isso, os conceitos de valores e de actos são mesmo os conceitos de vida e de mundo, que procura não cometer erros nem descontrolos em problemas de relevância. Para tal, é preciso prestar muita atenção à orientação dos conceitos dos valores políticos.

Por valor político entende-se “As pessoas fazem a avaliação sobre as actividades políticas e os fenómenos políticos. Também se refere às coisas que têm significado político e que se pretendem conseguir”<sup>9</sup>. O politólogo norte-americano H. D. Lasswell acha que “os poderes, o respeito, a justiça, o amor fraternal, a riqueza, a felicidade, a técnica e as inspirações são coisas de valor que as pessoas pretendem adquirir.” Para D. Easton, “Pelos valores refere-se a poderes, riqueza, técnica, conhecimento, segurança e reputação, entre outras coisas visíveis ou invisíveis. A política é uma distribuição de autoridade dos valores”<sup>10</sup>.

De facto, uma ampla discussão sobre os valores políticos de modo a transformá-las num sistema de valores predominantes, isto é, criar um consenso dos valores, a nível social, constitui um processo de constante educação cívica. Numa nova era histórica em que se aplica de maneira completa “Um país, dois sistemas” e a Lei Básica, o amor pela mãe pátria e por Macau deve ser o núcleo dos valores políticos dos habitantes de Macau. Isto significa que os cidadãos de Macau devem ter, duma maneira generalizada, um firme patriotismo. O amor pela pátria e o amor por Macau não são contraditórios. Ao mesmo tempo, é preciso ter conceitos de governação moderna (que resulta da civilização humana), os conceitos do desenvolvimento moderno (A procura da coordenação e do desenvolvimento sustentável constitui interesses comuns das pessoas) e os concei-

---

<sup>9</sup> Idem, p. 494.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*.

tos da harmonia modernos(O pensamento racional é que pode personalizar a mais alta inteligência moderna).

## 5. O empenho na racionalização dos actos políticos

Nas actividades de participação política, a geração mais jovem ultrapassa no seu ânimo as pessoas de meia idade e estas, as pessoas mais velhas. Isto tem que ver com as peripécias da vida e com as experiências sociais das pessoas de grupos etários diferentes. Os jovens são simples, animadores e moldáveis. A participação que visa aumentar as suas práticas e acumular experiências, é absolutamente proveitosa e construtiva.

Por actos políticos entendem-se todas as actividades da vida política das pessoas. Os principais actos políticos visíveis são as eleições, os protestos, as greves, as guerras, etc. Além das visíveis, os actos políticos também incluem as reacções políticas invisíveis, por exemplo, o pensamento político, a atitude política e os valores políticos das pessoas<sup>11</sup>.

O acto político em si é um termo neutro. Os actos políticos permitidos pela lei devem ser promovidos e protegidos, mas os proibidos pelas leis devem ser rejeitados e boicotados, por não serem nem positivos nem construtivos e constituir ameaças para a estabilidade do poder de Estado ou prejuízos para os legítimos direitos da maioria dos cidadãos. O Artigo 23.º da Lei Básica dispõe: “A Região Administrativa Especial de Macau deve produzir, por si própria, leis que proibam qualquer acto de traição à Pátria, de secessão, de sedição, de subversão contra o Governo Popular Central e de subtracção de segredos do Estado, leis que proibam organizações ou associações políticas estrangeiras de exercerem actividades políticas na Região Administrativa Especial de Macau, e leis que proibam organizações ou associações políticas da Região de estabelecerem laços com organizações ou associações políticas estrangeiras.” Os 7 actos políticos incluídos nestas “3 proibições” pertencem aos actos políticos não racionais e prejudiciais, evidentemente tem de ser proibidos ou anulados. Por isso, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau precisa de se servir dos poderes delegados pelo Governo central para acabar quanto antes um projecto legislativo que resulta da necessidade de assegurar os interesses nucleares do Estado e também resulta da necessidade de aper-

---

<sup>11</sup> Idem, p. 508.



feioar o sistema legal da Região Administrativa Especial de Macau. Apesar de neste momento, na Região Administrativa Especial de Macau ainda não haver perigos imediatos de aparecimento dos actos políticos prejudiciais acima referidos, mas levando em consideração a necessidade de aperfeiçoar o sistema legal, este acto é inevitável devendo haver, quanto antes, menos passividade. Disso, a maioria dos habitantes de Macau deve ter uma suficiente percepção e identificação para cooperar no que for possível para que esta tarefa legislativa possa ser concluída quanto antes e sem sobressaltos.

## **6. Reforçar a educação cívica e formar os veículos da civilização moderna**

Na Região Administrativa Especial de Macau, onde se aplica “Um país, dois sistemas”, “Macau governada pela sua gente” e “elevado grau de autonomia”, nos últimos 6 anos, com empenho na construção do sistema legal, na governação pela lei e na criação de novas modalidades civilizacionais, mediante estudos avançados tem-se conseguido criar novos modelos de funcionamento e mecanismos de democratização e sistema legal, tornando assim num eficaz exemplo que prova a cientificidade e a viabilidade de “Um país, dois sistemas”; por isso, tem sido objecto de suficiente confirmação pela mãe pátria e até pela comunidade internacional. Na realidade, esta é uma governação em termos de lei, caracterizada por “Um país, dois sistemas” e é um sistema civilizacional de “Um país, dois sistemas”.

Pode dizer-se que, apoiada nas vantagens institucionais e na garantia civilizacional de “Um país, dois sistemas”, a primeira geração dos construtores da Região Administrativa Especial de Macau, com forte amor à Pátria mãe e a Macau, tem mostrado o seu espírito pioneiro de se esforçar sem cessar e de acompanhar a evolução dos tempos, a ajuda mútua e a coesão social e força aglutinadora de harmonia e amizade e a consciência inovadora de novas reflexões e lutas incasáveis. Por isso, pode, estas características ser consideradas como os eficazes veículos da cultura civilizacional de “Um país, dois sistemas”. São factores positivos que promovem uma mais acelerada evolução da civilização moderna e também beneficiam a civilização material e espiritual da modernidade.

Não obstante, colocando-nos numa posição mais elevada para reflectir seriamente sobre a realidade social, não podemos deixar de reco-

nhecer que nesta fase, na Região Administrativa Especial de Macau ainda persistem algumas áreas e espaços à espera de serem melhorados. O nível do desenvolvimento económico e social ainda não é muito elevado. A competitividade geral e a qualidade geral dos habitantes estão por ser melhoradas. O aumento da disparidade da distribuição das receitas sociais deve merecer mais atenção. A construção duma sociedade civil e a educação cívica estão por ser mais reforçadas. Além disso, o grau de observância e a profundidade de observação dos fenómenos sociais estão por ser aumentados. É preciso reforçar a firmeza e os esforços de aperfeiçoar constantemente o mecanismo funcional da sociedade.

Uma componente muito importante para o reforço da educação cívica reside em criar correctos conceitos de direitos e deveres. É preciso criar uma correcta consciência de igualdades de direitos e deveres, a consciência correspondente a deveres, em relação aos deveres e aos direitos estatais e direitos humanos para defender racionalmente a consciência de auto-regulação e aperfeiçoar os seus ditos e feitos. No futuro, Macau tem a possibilidade de ser quatro centros. Além de ser o centro de jogos, turismo e lazer, com nível de gestão internacional e universalmente reconhecido, será o centro de serviços com múltiplas funções intermediárias e com boa reputação internacional, o centro de intercâmbios entre a China e o Ocidente, com funções mais alargadas e o centro revelador do grande poder exemplificador de “Um país, dois sistemas”. Macau deve ser uma sociedade de aprendizagem, de excelência e de harmonia; além disso, deve ser uma sociedade saudável. Tenta-se chegar a uma sociedade onde se combina a saúde física e a saúde mental. “Devem procurar uma saúde física saudável, uma vida familiar saudável, critérios e valores saudáveis e sistemas de pensamento saudáveis, à conquista da optimização, racionalização e harmonização do desenvolvimento social. Os membros duma sociedade saudável devem ser defensores do equilíbrio entre a ecologia natural e a ecologia social. Ao mesmo tempo, devem ser praticantes do seu próprio equilíbrio psicológico”<sup>12</sup>.

Macau, apesar de ser uma nesga de terra, possui uma elevada reputação internacional. Em 2005, conseguiu o estatuto de Património Mundial da Humanidade, concedido pela UNESCO. Sendo cidadãos de Macau, temos as responsabilidades e os deveres de transformar a cidade

---

<sup>12</sup> Jeong Wan Chong, *A propósito da correcta prática de “Um país, dois sistemas”*, Centro de Estudos de Macau da Universidade de Macau, Dezembro de 2005, pp. 322 e 323.

em que vivemos num espaço mais bonito, mais civilizado, mais charmoso e mais rico em conotações. Podemos, com toda a convicção, afirmar que através da promoção da cultura civilizacional de “Um país, dois sistemas” e da divulgação da educação cívica para os cidadãos de Macau, a nova forma do poder da Região Administrativa Especial de Macau será constantemente aperfeiçoada e reforçado o seu papel comprovativo e exemplificador. “Por todas essas razões, acreditamos que temos capacidades para enfrentar os desafios resultantes do processo de transformação social e prosperidade económica. Iremos, pois, de mãos dadas construir um futuro mais promissor”<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Ho Hau Wah, *Relatório das LAG para 2006*, p. 35.

